



Centro de Estudos de
Economia Aplicada do Atlântico

WORKING PAPER SERIES

CEEApIA WP No. 07/2009

Dinâmicas de Empreendedorismo e Microcrédito nos Açores

**Gualter Couto
João Crispim Ponte**

May 2009

Dinâmicas de Empreendedorismo e Microcrédito nos Açores

Gualter Couto

Universidade dos Açores (DEG)
e CEEAplA

João Crispim Ponte

Universidade dos Açores (DEG)
e Centro de Empreendedorismo

Working Paper n.º 07/2009
Maio de 2009

RESUMO/ABSTRACT

Dinâmicas de Empreendedorismo e Microcrédito nos Açores

Este estudo versará a análise de estatísticas nacionais e regionais que nos permitirão tecer algumas considerações relativamente ao perfil do empreendedor utilizador do microcrédito, designado microempreendedor, na Região Autónoma dos Açores, procurando também perceber quais os sectores de maior procura. Os resultados sugerem que os projectos de microcrédito nesta região são principalmente vocacionados para o comércio a retalho e são liderados por indivíduos do sexo masculino residentes na ilha de São Miguel, com uma idade compreendida entre os 25 e os 34 anos de idade, numa situação de desemprego, que terminaram ou frequentaram o ensino secundário.

Gualter Couto
Departamento de Economia e Gestão
Universidade dos Açores
Rua da Mãe de Deus, 58
9501-801 Ponta Delgada

João Crispim Ponte
Departamento de Economia e Gestão
Universidade dos Açores
Rua da Mãe de Deus, 58
9501-801 Ponta Delgada

DINÂMICAS DE EMPREENDEDORISMO E MICROCRÉDITO NOS AÇORES

Gualter Couto

Centro de Empreendedorismo, CEEAplA, Departamento de Economia e Gestão, Universidade dos
Açores

Rua da Mãe de Deus, 9500 Ponta Delgada, Portugal

gcouto@uac.pt

João Crispim Ponte

Centro de Empreendedorismo, Departamento de Economia e Gestão, Universidade dos Açores

Rua da Mãe de Deus, 9500 Ponta Delgada, Portugal

jcrispim@uac.pt

RESUMO

Este estudo versará a análise de estatísticas nacionais e regionais que nos permitirão tecer algumas considerações relativamente ao perfil do empreendedor utilizador do microcrédito, designado microempreendedor, na Região Autónoma dos Açores, procurando também perceber quais os sectores de maior procura. Os resultados sugerem que os projectos de microcrédito nesta região são principalmente vocacionados para o comércio a retalho e são liderados por indivíduos do sexo masculino residentes na ilha de São Miguel, com uma idade compreendida entre os 25 e os 34 anos de idade, numa situação de desemprego, que terminaram ou frequentaram o ensino secundário.

ABSTRACT

This study will focus on the analysis of national and regional statistical data that will allow us to formulate some considerations about the microcredit entrepreneur profile, form now on designated as microentrepreneur, in the Azores Autonomous Region. At the same time we will try to understand which sectors have the greatest demand. The results suggest that microcredit projects in this region are mainly focused on the retail commerce and are led by male individuals, in the 25-34 age group, that live in São Miguel Island, are unemployed and that attended or finished high school.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em consideração a realidade socioeconómica da Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) e toda a importância e assertividade da solidariedade social no seu contexto específico, é importante perceber em que dimensão se conjuga a iniciativa dos microempresários e a sua relação com os instrumentos de apoio que existem, nomeadamente os produtos financeiros que assumidamente promovem a inclusão social e que possibilitam o acesso a crédito com características especiais, ou seja, o microcrédito, a empreendedores que não têm acesso ao crédito bancário tradicional.

Tem-se constatado que na RAA ainda não existe a presença de uma cultura empreendedora (Silva, Couto e Coelho, 2009), sendo, todavia, a sua disseminação uma preocupação das entidades governamentais que têm inclusivamente construído programas específicos e, de certa forma, articulados entre si, no sentido de gradualmente incutir o espírito de iniciativa e dinamismo que possa motivar uma alteração deste cenário. O microcrédito é um dos temas que não foi esquecido, tendo sido enquadrado de uma forma muito particular neste quadro de apoio à cultura empreendedora. Não obstante, as próprias instituições financeiras são também elas promotoras de redes autónomas que oferecem o acesso ao microcrédito mediante determinadas condições comerciais.

As origens do microcrédito remontam à década de 70, tendo como fundador principal o Professor Muhammad Yunus, Prémio Nobel da Paz em 2006, que se apercebeu que um dos grandes problemas dos pobres era a falta de acesso ao crédito, limitação que os impossibilitava de sair da situação de pobreza (Sengupta e Aubuchon, 2008). Após a fundação do Grameen Bank no Bangladesh, o microcrédito ganhou um impulso notável, disseminando-se por diversas áreas geográficas, com especial e natural incidência em países em vias de desenvolvimento, nomeadamente na Ásia, África e América do Sul. A sua evolução conduziu ao surgimento de serviços associados, como

seguros específicos, programas de formação, acompanhamento especializado e outros produtos financeiros, que induziram a exploração do mais diverso tipo de mercados, não tendo sido de todo surpreendente que também os países desenvolvidos começassem a adotar o microcrédito. É neste contexto que surge um conceito mais abrangente, a microfinança, que, para além de englobar o fornecimento de crédito aos mais desfavorecidos, oferece também outros serviços, como as contas poupança e seguros (Sengupta e Aubuchon, 2008).

Com a disseminação do microcrédito e com a diversidade de projectos que visaram a sua implementação e desenvolvimento nas mais distintas regiões do globo, foram surgindo diferentes correntes de pensamento a ele associadas, sendo certo que o cerne da questão se associa consideravelmente às próprias bases do microcrédito e dos custos a elas associados (Bhatt, 1997). Tendo sido constituído como uma ferramenta para ajuda aos mais desfavorecidos e a todos aqueles que não têm acesso ao crédito bancário tradicional, com a assumida preocupação de inclusão social, o microcrédito começou, em certos casos, a desvanecer a sua componente social, centrando-se na sua componente financeira, principalmente devido à grande preocupação em garantir a sustentabilidade deste tipo de instituições financeiras a longo prazo (Eversole, 2003), procurando uma abordagem de gestão aproximada aos bancos tradicionais que garantisse uma efectiva redução de custos (Baht, 1997). No entanto, em muitos outros casos, o desenvolvimento de produtos e programas devidamente estruturados e projectados permitiu a solidificação de outras correntes, onde se puderam reduzir custos financeiros e custos de agência através da formação e da delegação de poder de decisão aos beneficiários do microcrédito (Bhatt, 1997).

Efectivamente, a formação em práticas de gestão empresarial tem sido apontada por muitos investigadores como uma necessidade evidente entre os candidatos a

programas de financiamento e que pode aumentar o sucesso desses mesmos programas, não só devido à capacidade de poder gerar mais receitas capazes de cobrir os custos financeiros, mas também devido à garantia de uma melhor aplicação do crédito obtido (Bhatt, 1997). Há ainda investigações científicas que provam que a formação e a educação nunca são demais nestes programas, estando o sucesso de cada microempreendedor intimamente associado às suas competências (Cook e Belliveau, 2004).

Outra evidência que foi constatada através da aplicação de programas de microcrédito é que o contexto social, económico e cultural influencia determinantemente o seu sucesso. Apesar de ser destinado aos mais desfavorecidos e de os objectivos a longo prazo serem idênticos, o microcrédito tem necessariamente que ser adaptado ao contexto em que é desenvolvido, sendo notória a diferença entre as características dos pobres de países em vias de desenvolvimento e dos pobres dos países desenvolvidos (Sengupta e Aubuchon, 2008). Estas diferenças não se baseiam apenas em particularidades pessoais, como as competências para determinadas actividades, estando mais relacionadas com a componente socioeconómica, nomeadamente com os Sistemas de Segurança Social. Estes sistemas conferem alguma protecção e conforto aos mais pobres através da atribuição de subsídios, que representam um custo de oportunidade para os microempreendedores. A situação económica dos países também influencia as dinâmicas de empreendedorismo, dada a enorme concorrência de muitas outras micro e pequenas empresas, conferindo na grande maioria das vezes a necessidade de não se poder focalizar o negócio em termos locais, mas sim procurar mercados nacionais mais abrangentes. É também necessário estudar o enquadramento legal dos mercados, sendo fundamental ter em conta, principalmente, o enquadramento fiscal (Sengupta e Aubuchon, 2008). Assim, as áreas de actividade a explorar são necessariamente diferentes, sendo que em países menos

desenvolvidos, devido às suas carências, há mais microempreendedores a enveredar pelas actividades primárias, de produção de bens, nomeadamente alimentares, ao contrário do que sucede em países com maior índice de desenvolvimento, onde é praticamente impossível rivalizar com as economias de escala adoptadas pelas maiores empresas, o que empurra os empreendedores para o sector dos serviços (Sengupta e Aubuchon, 2008).

No entanto, certos traços do perfil individual dos microempreendedores mantêm-se relativamente normalizados. Dutta e Magableh, 2006, constataam que é mais provável que desempregados e mulheres se candidatem a programas de microcrédito do que empregados e homens, sendo que as faixas etárias que registam maiores níveis de microempreendedorismo se situam entre os 18 e os 24 anos e os 35 e os 44 anos.

A nível regional, o microcrédito ainda é relativamente recente nos Açores, tendo sido introduzido em 2006 por iniciativa da rede autónoma de uma instituição bancária nacional. O Governo Regional cedo constatou que esta era uma oportunidade que poderia ser aproveitada para reforçar o apoio social a indivíduos proactivos, promovendo um enquadramento legal, em parceria com diversas instituições financeiras e de solidariedade social, que facilite sobremaneira o acesso a este tipo de crédito a indivíduos em situações muito específicas, nomeadamente desempregados de longa duração que não têm acesso ao crédito bancário tradicional. Este é um projecto que está numa fase de projecção, não se verificando ainda um conhecimento generalizado dos destinatários. No entanto, na Região Autónoma da Madeira, no mesmo período, o índice de desenvolvimento de projectos de microcrédito foi muitíssimo superior.

Na próxima secção será abordada a situação económica da Região Autónoma dos Açores, facultando a possibilidade de se perceberem quais as oportunidades que vão surgindo no mercado. Seguidamente, dedica-se uma secção à caracterização do microcrédito nacional e regional, traçando-se o perfil do microempreendedor.

Finalmente, na última secção tecem-se as conclusões que se poderão extrair da análise desenvolvida.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DOS AÇORES

Enquadramento Institucional

Os Açores estão incluídos nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, um grupo de sete parceiros político-institucionais separados por milhares de quilómetros entre si e da Europa Continental. Estas Regiões conferem à União Europeia, do ponto de vista geoestratégico, um capital muito significativo e um papel reforçado, enquanto intervenientes e legítimos interlocutores em áreas estratégicas do globo, factor da maior importância no quadro das relações internacionais. O arquipélago distribui-se por nove ilhas dispersas no Oceano Atlântico, ao longo de um eixo de, aproximadamente, 600 km, conforme representação no mapa seguinte.



Esta dispersão geográfica dá origem a uma fragmentação do mercado regional, dos recursos, do tecido produtivo, das instituições e das redes de infra-estruturas, incluindo os equipamentos de base. Por outro lado, para além das naturais debilidades estruturais, impõem-se critérios específicos de equidade social e de eficiência, em

particular no que respeita à construção, manutenção e ao funcionamento de equipamentos colectivos. A tudo isto acrescem as dificuldades inerentes à dispersão populacional que inviabilizam economias de escala, obrigando a elevados níveis de investimento numa multiplicidade de infra-estruturas, como sejam os dez portos comerciais e as nove infra-estruturas aéreas, para além das que dizem respeito à produção e comercialização de produtos, ao transporte, à distribuição de energia eléctrica e à recolha e tratamento de resíduos.

A coesão social é, deste modo, imperativa e constitui o critério mais marcante do modelo de desenvolvimento da RAA. É perante este quadro que advém a necessidade de reconhecer o papel multifuncional e multidisciplinar que a RAA desempenha, não só em Portugal, mas também na União Europeia, designadamente no peso que pode e deve assumir no debate sobre algumas políticas comunitárias como são os casos da Política de Coesão, da Política Marítima e da Política Externa e de Segurança Comum. Este quadro reflecte igualmente a posição de Portugal no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na relação desta com a União Europeia, em particular no que respeita à política de defesa e segurança comum.

Nesta breve caracterização da RAA é, pois, da maior importância, realçar que, para Portugal, os arquipélagos atlânticos representam uma actual mais-valia de legitimidade e de influência, não só à escala nacional, mas numa significativa projecção externa. Os Açores, tal como a Madeira, introduzem um reforço da componente marítima da política portuguesa e da União Europeia, permitindo um alargamento substancial da sua área de influência estratégica. Num plano mais amplo, podemos dizer que as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constituem um importante elo de ligação da União Europeia ao Ocidente, ou seja, com as Américas, e a Sul, em parceria com as Canárias e Cabo Verde e com África.

Ora, os factos referidos não só têm um reflexo imediato nos diversos condicionalismos da actividade económica, como também na natureza e competitividade do tecido produtivo dos Açores. Constituído quase na totalidade por micro e pequenas empresas, com um modelo de desenvolvimento onde, apesar dos progressos da última década, é dominante o baixo nível de qualificação dos recursos humanos activos e os baixos níveis de valor acrescentado dos bens transaccionáveis, torna-se difícil a aposta na diversidade, originalidade e qualidade dos produtos açorianos.

A situação económica da RAA é compreensível, atendendo não só às condicionantes gerais de evolução da sociedade portuguesa e, conseqüentemente, da açoriana, e à sua industrialização tardia, mas também ao modelo de desenvolvimento prosseguido, que na RAA foi baseado na exportação de bens resultantes de recursos naturais, onde se destacam os derivados de leite e as conservas, principais elementos da base económica de exportação. O recente incremento de actividades ligadas ao turismo, a partir de 1998, veio introduzir um novo factor na atractividade e competitividade na economia da RAA e cujas parcerias público-privadas vêm desempenhando um papel decisivo na expansão de novos equipamentos e na captação de turistas nacionais e estrangeiros, designadamente de países nórdicos.

Por todas estas razões, ligadas à especificidade das condições naturais e a uma economia decorrente da ultraperiféricidade, justificam-se iniciativas e instrumentos específicos da política comunitária.

População e Emprego

O arquipélago foi descoberto e povoado em meados do século XV por colonos portugueses e flamengos. A população destas ilhas tem variado de acordo com a dinâmica dos ciclos de exportação: o trigo para as fortalezas do Norte de África no século

XVI, as plantas tintureiras para a Flandres nos séculos seguintes, a laranja para a Inglaterra e Alemanha no século XIX, o álcool na primeira metade do século XX para a metrópole e o leite e seus derivados desde os anos 60 até à actualidade.

Evolução da População Residente nos Açores

Ano	1991	2004	2007
População	239 336	241 260	244 006

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

Assolada por um forte movimento emigratório desde o final da década de 50 até há relativamente poucos anos, a Região regista em 2007 uma população de cerca de 244 mil habitantes, contra 239 mil em 1991. As ilhas de S. Miguel e Terceira incluem cerca de $\frac{3}{4}$ da população residente. Metade desta vive em S. Miguel e apenas 0,25% na ilha do Corvo.

Estimativa da População Residente por ilhas

Ilha	2007	%
Ilha de Santa Maria	5 565	2,3
Ilha de São Miguel	133 281	54,6
Ilha Terceira	55 844	22,9
Ilha da Graciosa	4 879	2,0
Ilha de São Jorge	9 492	3,9
Ilha do Pico	14 840	6,1
Ilha do Faial	15 527	6,4
Ilha das Flores	4 099	1,7
Ilha do Corvo	479	0,2
Total	244 006	100,0

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

Entre 1990 e 2007, o saldo natural foi positivo, traduzindo-se num aumento de 13 489 indivíduos. Contudo, este deve-se ao saldo verificado na ilha de S. Miguel (15 340 indivíduos). Em seis ilhas (Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo) o saldo foi mesmo negativo. De uma forma geral, a fim de contrariar a diversificação e o envelhecimento, estas ilhas, com excepção do Pico, têm sido objecto de uma discriminação positiva.

Saldo Natural entre 1990 e 2007

Ilha	SN 1990-2007
Ilha de Santa Maria	155
Ilha de São Miguel	15 340
Ilha Terceira	1 321
Ilha da Graciosa	- 655
Ilha de São Jorge	- 565
Ilha do Pico	-1 339
Ilha do Faial	- 288
Ilha das Flores	- 426
Ilha do Corvo	- 54
Total	13 489

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A economia da Região depende de um conjunto limitado de produtos, com destaque para a fileira agro-industrial. As exportações de leite e lacticínios, de bovinos e de conservas são bastante importantes. O turismo é um sector com um peso cada vez maior e com elevadas possibilidades de expansão e de absorção de mão-de-obra.

O sector terciário é responsável por mais de 60% do emprego. Além disso, o seu peso tem vindo a aumentar. Dentro deste destacam-se o comércio, a hotelaria, a restauração, a administração pública, a educação e a saúde.

A redução da população activa na agricultura tem incidido, principalmente, nas camadas jovens da população, dotadas de maiores qualificações. O emprego no sector é assegurado, essencialmente, por produtores individuais ou familiares, pertencentes a camadas etárias envelhecidas e níveis de instrução relativamente baixos.

Uma análise mais desagregada da evolução da população empregada no sector secundário evidencia uma redução nas indústrias extractivas e transformadoras e um acréscimo na electricidade, gás e água, e na construção e obras públicas.

O peso do emprego no sector terciário apresenta uma tendência crescente a longo prazo, ainda que a um ritmo relativamente lento. Entre 1998 e 2005, o crescimento do emprego foi mais visível na restauração e hotelaria, nas actividades informáticas e de investigação e desenvolvimento, na saúde e noutras actividades de serviços.

População Activa e Taxa de Actividade (%)

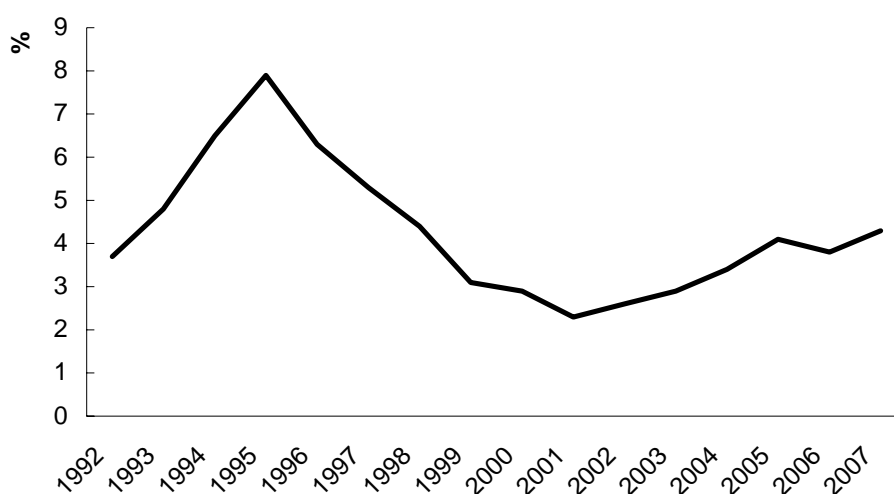
	1992	2000	2007
População Activa			
Total	92 803	99 008	112 159
Homens	61 524	64 559	67 873
Mulheres	31 279	34 450	44 287
Taxa de Actividade			
Total	40,0	41,8	46,1
Homens	53,3	55,2	56,2
Mulheres	26,9	28,9	36,5

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A taxa de actividade situa-se ligeiramente abaixo da do continente português, sobretudo devido à baixa participação das mulheres no mercado de trabalho. A taxa de

actividade das mulheres tem, no entanto, aumentado ao longo dos últimos anos passando de 26,9%, em 1992, para 36,5%, em 2006, talvez devido ao aumento da escolaridade e do correspondente custo de oportunidade de estar fora do mercado de trabalho. Acresce a isto factores do lado da procura, tais como a expansão dos serviços, onde se inclui a educação, a saúde e o turismo.

Taxa de Desemprego



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A taxa de desemprego era, até à actual crise mundial, relativamente baixa, situando-se perto do pleno emprego, com excepção da primeira metade da década de 90, como resultado da ocorrência de uma forte recessão económica.

Produto Interno Bruto

Os Açores são uma pequena região insular, arquipelágica e dispersa, onde reside cerca de 2,3% da população portuguesa. Um indicador de riqueza é o PIB *per capita*, o qual se situava, em 2007, em 89% da média nacional.

Contudo, o crescimento dos Açores, assim como o processo de convergência para a média nacional tem sido notório e bastante significativo. Para o comprovar basta atender a que aquele indicador se situava, em 2000, segundo os dados oficiais, em 80% da média nacional.

Evolução do PIB

	PIB (10⁶ Euros)	PIBpc (Euros)	PIBpc (PT=100)	PIBpc (UE 15=100)	PIBpc (UE 27=100)	
2000	Norte	35 226	9 697	81	58	63
	Centro	23 337	10 064	84	60	66
	Lisboa	44 935	16 941	142	102	111
	Alentejo	8 244	10 774	90	65	70
	Algarve	4 693	12 362	103	74	81
	R.A. Açores	2 274	9 590	80	57	63
	R.A. Madeira	3 242	13 503	113	81	88
	Total	122 270	11 957	100	72	78
2007	Norte	45 780	12 225	80	57	61
	Centro	31 229	13 089	85	61	65
	Lisboa	59 722	21 319	139	99	106
	Alentejo	11 192	14 677	95	68	73
	Algarve	6 842	16 139	105	75	80
	R.A. Açores	3 343	13 729	89	64	68
	R.A. Madeira	4 824	19 592	127	91	97
	Total	163 119	15 377	100	72	76

Actividade Económica

O desenvolvimento dos Açores revela-nos a justeza da aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável e harmónico pelo Governo Regional e pela sociedade açoriana. As políticas governamentais dão realce a esse conceito, traduzido no binómio criador que associa as preocupações de desempenho económico competitivo a um reforço da coesão social, ou seja, uma articulação permanente entre uma economia tecnológica e culturalmente mais evoluída e uma sociedade mais justa e equitativa, capaz de maximizar as potencialidades dos recursos da RAA e de quebrar uma relação de causa efeito entre o crescimento económico e a degradação do meio ambiente.

O sucesso desta política obriga a que as apostas dominantes para o futuro se centrem, cada vez mais, na economia baseada no conhecimento, nas aplicações de novas tecnologias à qualidade de produtos tradicionais e em produtos e serviços inovadores, para além duma constante maximização das vantagens comparativas que a Natureza oferece aos cidadãos. Neste percurso situam-se domínios de vanguarda do conhecimento relativos a especificidades biológicas e químicas da fauna e flora do arquipélago e a outros domínios com grandes potencialidades na Região, como é o caso da energia, do mar e do espaço.

Em particular, a investigação científica ligada à fauna e flora, ao mar e ao espaço sob um olhar de inovação empresarial pode abrir novas oportunidades aos produtos açorianos no mercado mundial e proporcionar uma invejável qualidade de vida na RAA.

Como é do conhecimento generalizado, a principal transformação em curso na economia açoriana traduz-se na sua crescente terciarização. No fim dos anos 70, os Açores eram um Arquipélago eminentemente rural, com 40% da população activa afectada ao sector primário; no ano 2005, essa taxa baixou para 13%. Por sua vez, no final da década de 90, assistiu-se a uma significativa viragem da economia regional determinada por um crescimento acentuado do investimento público e privado, com este a ter de assumir um papel cada vez mais decisivo na dinamização na economia regional.

Para esta evolução, muito tem contribuído a implementação progressiva de políticas públicas activas e estratégias empresariais, cada vez mais agressivas, com vista a:

1. Incrementar progressivamente os níveis de qualificação profissional no tecido económico-social.

2. Dinamizar a economia da proximidade num mercado regional, cada vez mais aberto, em estreita interligação com a promoção da coesão social, económica e territorial da RAA.
3. Reforçar a rendibilidade do sector primário e secundário através do aumento do valor acrescentado bruto gerado.
4. Modernizar as actividades económicas tradicionais através da introdução de novas tecnologias.
5. Tornar emergente o turismo como área potenciadora da afirmação do sector terciário na estrutura produtiva regional.
6. Reforçar a eficiência das estruturas de transportes, de modo a minimizar os efeitos da distância e da fragmentação do mercado regional.
7. Melhorar a performance da administração regional.

Duas ideias mestras estão expressas no Guia do Investidor publicado, em 2006, pela então Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica: a primeira, que no período 1995-2003 se verificou uma evolução positiva da economia da RAA, designadamente a partir de 1997, o que se traduz na evolução do PIB regional e nas taxas de emprego total; a segunda, que, após decénios de perda da população na RAA, o fluxo de recursos humanos apresenta um valor positivo, a exigir maior atractividade e competitividade das empresas a sustentar o crescimento económico.

Caracterizamos, de seguida, e ainda que de forma sintética, alguns aspectos relevantes nas actividades em causa, designadamente, comércio, indústria e turismo.

Comércio e Indústria

Nesta era de mudança, a competitividade de um grande número de unidades produtivas tem vindo a melhorar, designadamente as que desenvolvem a sua actividade no segmento dos bens transaccionáveis, o que vem determinando em particular a modernização dos processos de criação, transformação e comercialização de produções tradicionais, no domínio da agricultura e das pescas.

A implementação de algumas medidas de natureza legislativa, como seja o apoio ao empreendedorismo e ao microcrédito, a adopção de medidas de natureza imaterial no domínio da facilitação da inovação e do fomento de ambientes exigentes em matéria de qualidade, a par da preparação do aperfeiçoamento de instrumentos que integrarão o próximo período de programação 2007-2013, cruzam-se com a formação profissional dos agentes, a dinamização de parcerias entre institutos públicos, a universidade e as empresas, a atracção do investimento externo e ainda outras vertentes específicas relacionadas com a modernização do sistema produtivo regional. Apesar de alguns progressos, a dimensão do desafio que se coloca ao comércio e indústria da RAA é enorme, sendo certo que:

1. Nos últimos anos tornou-se evidente a crescente importância do sector terciário, quer em termos de contribuição para o aumento do PIB regional, quer em termos de emprego. No entanto, a actividade económica dominante continua a ser a do retalho de produtos alimentares, bebidas, tabaco e vestuário, embora as grandes superfícies tenham vindo a alterar esta situação. É importante reflectir e incentivar a ligação entre essas superfícies e as micro e pequenas empresas. Note-se que, no domínio comercial, 85% das empresas detém apenas um estabelecimento, 8% dispõe de dois e só 7% explora três ou mais.

2. O condicionamento determinado pela dispersão geográfica da RAA no acesso aos mercados abastecedores dificulta dinâmicas de expansão e de diversificação industrial, pelo que é necessário procurar um novo equilíbrio entre a globalização e a economia de proximidade, a qual assume na RAA aspectos muito diferenciados em relação à maioria das Regiões Europeias.
3. A evolução do mercado local da RAA exige uma aposta total na qualidade e racionalização das actividades tradicionais, na qualidade de vida dos cidadãos e na criação de PME's de base tecnológica, com fortes ligações internacionais, o que sendo complexo não é impossível se as empresas nascerem ou evoluírem com essa cultura. A realidade actual é a de que cerca de 67% da produção da RAA é dirigida para o mercado local e 30% para o mercado continental, sendo apenas 2% dirigido para o mercado estrangeiro. O desafio à criação de “empresas de base tecnológica” e de “empresas culturais” exige aproximações inovadoras.
4. O apoio à inovação e à racionalização de recursos vem sendo dinamizado através de acções articuladas com os objectivos do Sistema Regional de Qualidade e, bem assim, com os princípios e procedimentos de eco gestão dos resíduos industriais, o aproveitamento e racionalização dos recursos geológicos, com evidência para a avaliação, caracterização e qualificação das águas minerais e termais e para a promoção de acções de boas práticas na exploração de recursos minerais não metálicos.
5. A economia de energia relacionada com o comércio e indústria é crucial, tratando-se de um problema de grande complexidade face à evolução da crise energética a nível mundial e ao período de desenvolvimento desejável para a

RAA, a exigir elevadas taxas de crescimento de consumo de energia nas empresas. Refira-se que a taxa de crescimento foi de 8% no ano de 2006.

Turismo

Numa pequena economia o processo de crescimento e desenvolvimento económico tem que passar sempre pela produção de bens e serviços virados para a exportação. Assim sendo, o turismo assume, conjuntamente com a fileira agro-alimentar, um papel estratégico no desenvolvimento dos Açores.

Atendendo às características naturais dos Açores, assim como à expansão da procura mundial, o turismo é, sem dúvida, uma actividade promissora. Aliás, o turismo faz parte de um limitado conjunto de oportunidades capazes de alargar e diversificar a base económica de exportação dos Açores.

O nível de vida melhorou significativamente nos Açores ao longo dos últimos anos. O modelo de desenvolvimento baseou-se, como se sabe, nas transferências vindas do exterior e no aproveitamento e na exportação de recursos naturais. No que concerne às transferências, estas provêm do Orçamento do Estado, não apenas para o Orçamento Regional, mas também para as Autarquias Locais e da União Europeia. O sector exportador assenta essencialmente, por enquanto, na fileira agro-alimentar, com especial destaque para o leite e seus derivados.

No que se refere ao futuro, não se vislumbra que as transferências do Orçamento de Estado, ou as provenientes da União Europeia, aumentem de forma substancial. Também parece pouco provável que a produção de leite, por razões sobejamente conhecidas, aumente significativamente.

O facto do PIB *per capita* ainda se situar abaixo da média nacional, não se deve a uma menor produtividade do trabalho, mas essencialmente à menor participação da

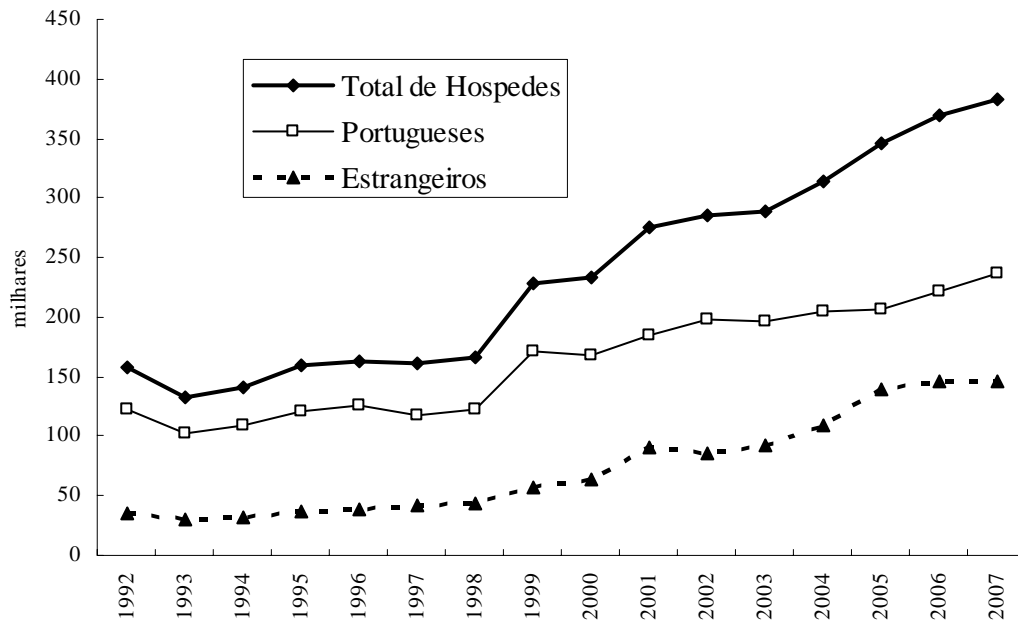
população no mercado de trabalho. Em particular, devido ao facto da participação das mulheres ser mais baixa nos Açores (cerca de 34%), quando comparada com o que se passa a nível nacional (cerca de 47%).

No passado, o modelo de desenvolvimento não incorporou a mulher no mercado de trabalho. A agricultura e a construção civil são actividades desempenhadas essencialmente por homens. Não houve, além disso, o modelo de industrialização do Continente com base no vestuário e no calçado. As oportunidades surgiram apenas com a instauração do processo autonómico e a expansão dos serviços públicos. Mas estes, devido à restrição orçamental do Estado, não se vão expandir continuamente.

A diversificação e o alargamento da base económica de exportação, assim como a absorção de mão-de-obra feminina, passam pela aposta no turismo. Há quem preveja, nomeadamente a Organização Mundial do Turismo, que as receitas desta actividade ultrapassem dentro de pouco mais de uma década as geradas por sectores importantes como a indústria petrolífera ou automóvel.

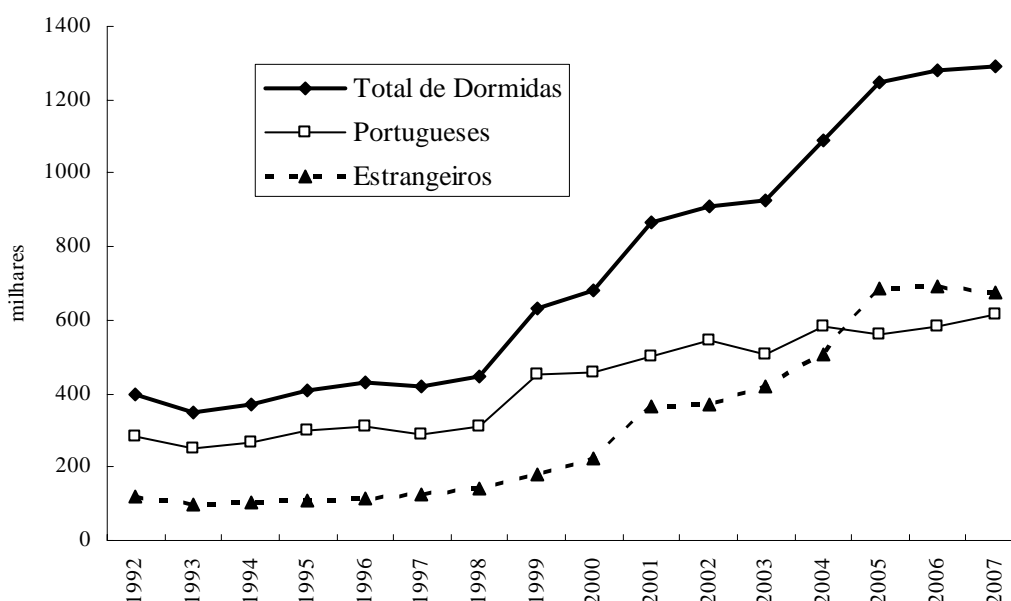
Como é óbvio, importa apostar em sectores em crescimento. O turismo constitui-se, deste modo, um sector, correctamente identificado nos últimos anos, como estratégico para a continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento dos Açores.

Evolução do número de hóspedes nas unidades de alojamento



O turismo encontra-se em expansão e tende a assumir-se como a principal actividade económica a nível mundial. Os Açores não podiam perder essa oportunidade e a resposta dos agentes públicos e privados, ao longo dos últimos anos, aponta exactamente nesse sentido.

Evolução do número de dormidas nas unidades de alojamento



A capacidade de alojamento aumentou substancialmente durante a última década. Mais de 50% da capacidade hoteleira actual é totalmente nova e uma parte substancial da restante foi profundamente ampliada e remodelada.

A expansão da capacidade de alojamento e a promoção dos Açores no exterior contribuíram para aumentar significativamente o número de hóspedes e de dormidas nos Açores, como se pode verificar pelos valores incluídos nas figuras apresentadas em cima.

A origem dos visitantes diversificou-se significativamente. Em 1997, apenas cerca de 25% das dormidas na Região Autónoma dos Açores eram de estrangeiros. Em 2007, os estrangeiros representavam mais de 50% das dormidas.

Contudo, sabemos que o processo não está concluído, pois vivemos num mundo em constante mutação. O sucesso dos Açores na disputa desse mercado dependerá da qualidade dos produtos e serviços ao dispor dos visitantes.

Não basta ter paisagem e património edificado para vingar nesse mercado. A concorrência internacional é grande, sendo que quase todos os anos surgem novos

destinos turísticos. Assim sendo, importa criar e promover competências que nos permitam satisfazer os melhores padrões de qualidade a nível mundial.

Pontos Fortes e Pontos Fracos do Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores

Os pontos fortes e fracos do desenvolvimento da RAA, que resulta da análise sobre o seu desenvolvimento, resume uma panorâmica das potencialidades e das fragilidades presentes nos desafios da inovação e da competitividade, obrigando a reflectir sobre as oportunidades que são oferecidas à especificidade do desenvolvimento sustentável da RAA.

Pontos Fracos:

1. Afastamento dos grandes centros e descontinuidade territorial;
2. Quase inexistência de parcerias, públicas e público-privadas;
3. Elevada especialização da base económica, com dificuldades em diversificar a produção e em favorecer um sector terciário moderno;
4. Reduzido potencial demográfico, exigindo-se, por isso, uma aposta excepcional na qualificação dos jovens e da população activa, recorrendo a metodologias inovadoras;
5. Fragmentação do mercado regional em nove micro-mercados, afastados dos grandes centros produtores e consumidores;
6. Dependência exagerada do transporte marítimo e aéreo nas trocas e a conseqüente fraca mobilidade com influência nos custos-benefícios;

7. Necessidade, aliás justificada, de multiplicação de infra-estruturas e consequente subutilização das mesmas;
8. Dimensão reduzida dos centros urbanos, povoamentos com alguma dispersão e, conseqüentemente, custos acrescidos de infra-estruturação;
9. Vulnerabilidade dos sistemas ambientais e dos recursos hídricos; grande variabilidade das forças da natureza; e
10. Cultura diminuta de internacionalização quer a nível de empresas quer a nível das instituições.

Pontos Fortes:

1. Posição geoestratégica ímpar no Atlântico Norte;
2. Governo Autónomo próprio com possibilidades de maior capacidade de decisão, de integração de políticas activas e de relacionamento com a sociedade civil e com as estratégias empresariais;
3. População jovem no contexto europeu;
4. Forte presença do mar, zona económica exclusiva de grande dimensão e paisagens únicas nas nove ilhas com características específicas;
5. Potencialidades singulares para actividades relacionadas com o mar e o espaço;
6. Condições edafo-climáticas propícias à fileira agro-pecuária e para a química fina e biotecnologia;
7. Condições naturais para o desenvolvimento da fileira da pesca;

8. Identidade cultural forte, potenciadora de atracção turística e de actividades de lazer;
9. Elevado valor paisagístico e acervos históricos e culturais de grande riqueza, com adesão da população a manifestações de expressão cultural e ao respeito pelo património cultural;
10. Recursos geotérmicos de alta entalpia e potencialidades de outras energias renováveis;
11. Infra-estruturas portuárias e aeroportuárias em todas as ilhas;
12. Inserção numa rede intercontinental de comunicações através de cabo submarino de fibra óptica; e
13. Fácil ligação a países de destino com grandes potencialidades participativas.

3. MICROCRÉDITO

Microcrédito em Portugal

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), fundada em 1998, tem desempenhado um papel de particular relevância na proliferação do microcrédito em Portugal, tendo conseguido diversos protocolos com instituições financeiras nacionais que permitiram uma implementação verdadeiramente sólida no mercado português deste tipo de iniciativa.

Entre 1999 e 2009, decorreram 10 anos de trabalho, onde o apoio prestado a microempresendedores surtiu um efeito de proporções bastante positivas. Neste período, foram atribuídos 5.392.156,02€ a 1.100 projectos de investimento dispersos de Norte a

Sul do País, com particular incidência na região de Lisboa, onde 42% dos projectos foram implementados.

Analisando as estatísticas dos projectos, verifica-se que o montante médio atribuído a cada um deles se cifra nos 4.901,96€ sendo que nos últimos anos, mais concretamente entre 2007 e 2009, este valor tem tido tendência a aumentar, verificando-se inclusivamente um valor médio acima dos 5.900€ em 2008 e nos projectos já desenvolvidos em 2009.

É interessante constatar que o microcrédito tem tido uma procura crescente ao longo dos anos, verificando-se uma considerável evolução a partir do ano 2005. De então para cá, só em 2006 se registou um ligeiro decréscimo na creditação sem que, contudo, se tenham aproximado dos valores de anos anteriores, mantendo-se sempre acima dos 100 projectos anuais. Em 2008, verificou-se o pico mais alto de projectos aprovados, tendo 255 projectos beneficiado do microcrédito. Considerando os 1.100 projectos de investimento creditados desde 1999, constata-se que em 2008 foram aprovados 23,18% do total, o que corresponde a 1.506.965,13€ de crédito concedido. Novamente, considerando os 5.392.156,02€ concedidos nos últimos 10 anos, verifica-se que 27,95% desse montante se concentrou em 2008.

É importante reconhecer que nem sempre os projectos de investimento creditados criam apenas um posto de trabalho em fase de arranque. A totalidade dos projectos originou 1.575 novos postos de trabalho, ou seja, é evidente que há projectos que para além de conferirem a possibilidade de auto-emprego dos promotores também dão a oportunidade de trabalho a mais indivíduos, reforçando o objectivo primário da inclusão social. O seu sucesso é comprovado pela baixa taxa de encerramento verificada, 17,91%, que se traduz em 197 projectos que não sobreviveram à competitividade do mercado.

Relativamente à sua tipologia, verifica-se um claro domínio de projectos destinados ao Comércio por Grosso e a Retalho, com 37,27%, ou seja, 410 projectos. Em segundo lugar, com uma proporção consideravelmente inferior, apresenta-se o Alojamento, Restauração e Similares com 12,91%, logo seguido de Outras Actividades e Serviços com 12,09%. Com os poucos dados ainda disponíveis para 2009, verifica-se que os projectos para Comércio por Grosso e Retalho têm tendência a aumentar ligeiramente, posicionando-se em 40,63%.

Considerando as características dos promotores, verifica-se uma ligeira predominância do sexo feminino, sendo 52,6% dos projectos liderados por mulheres e 47,4% por homens. A distribuição etária aponta a idade compreendida entre os 25 e os 44 anos como a mais presente entre os promotores de projectos de microcrédito. O grupo compreendido entre os 25 e os 34 anos é o mais representativo, com 32,5% do total, imediatamente seguido pelo grupo com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, com 31%. Verifica-se que há uma notória tendência decrescente a partir deste grupo etário à medida que a idade é superior.

Ao nível das habilitações literárias, constata-se que o ensino secundário e o 3.º ciclo são dominantes, representando 26,6% e 23,6%, respectivamente. Nesta análise, verifica-se que até ao ensino secundário há uma tendência crescente de microempreendedorismo à medida que as habilitações literárias são mais desenvolvidas. A partir deste ponto já não verifica o mesmo, o que pode ser explicado pela maior facilidade de acesso ao crédito bancário normal por parte dos licenciados e dos frequentadores do ensino superior.

É de frisar igualmente que nem todos os promotores são de origem portuguesa (85%), tendo-se verificado uma adesão de emigrantes de diversos países. Entre estes, destacam-se naturalmente os emigrantes africanos, com 9,1%, sendo os angolanos

(2,82%), os cabo-verdianos (1,82%), os guineenses (1,82%) e os são-tomenses (1,73%) os mais empreendedores, algo que poderá ser explicado pelas facilidades linguísticas. O índice mais próximo destes é o de microempreendedores brasileiros, com 1,18%, que poderá novamente alicerçar a sua explicação nas mesmas razões.

Será interessante verificar qual o comportamento dos projectos de microcrédito a nível nacional no final de 2009. Como é sabido, a profunda crise económico-financeira, que assola não só o país mas também o mundo, terá necessariamente influência na aprovação e creditação de projectos. Por um lado, haverá mais desemprego, mais empresas a encerrar e uma necessidade de apoio e de trabalho para a inclusão social premente. Por outro lado, sabe-se que o acesso ao crédito bancário está muito dificultado, até mesmo entre as próprias instituições financeiras que têm encontrado algumas dificuldades de liquidez, e, neste contexto, importa não esquecer que o número de projectos de microcrédito e o montante solicitado tem evoluído em sentido crescente.

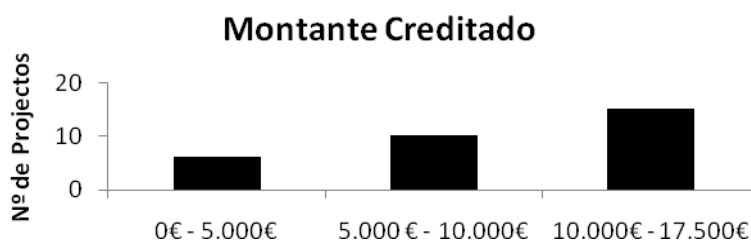
Microcrédito nos Açores e o Perfil do Microempreendedor Açoriano

Os dados sobre o microempreendedorismo regional foram obtidos através do Millennium bcp, a instituição financeira que introduziu o microcrédito em Portugal e, mais tarde, nos Açores, tendo celebrado um protocolo de colaboração na disseminação do microcrédito com o Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores. Assim, reuniram-se os dados dos projectos desenvolvidos ao abrigo do programa governamental do Governo Regional dos Açores e os desenvolvidos independentemente pela Rede Autónoma de Microcrédito do Millennium bcp, perfazendo um total de 31 projectos entre 2007 e Abril de 2009.

Verifica-se que o ano de arranque apresentou um número bastante interessante de projectos creditados, registando-se uma quebra em 2008, exactamente o oposto do que se

havia verificado em Portugal Continental, onde 2008 foi o ano que até hoje apresentou mais projectos creditados. Nos Açores, em 2007, arrancaram 13 projectos e, em 2008, apenas 11 deram continuidade ao programa do microcrédito. Em 2009, já se registaram 7 aprovações, fazendo crer que este poderá ser o ano em que este tipo de projectos poderá apresentar o maior número de creditações.

No total, o montante atribuído a microempreendedores regionais ascende a 308.700€ o que compreende uma média de 9.958€por projecto. Novamente, neste item constata-se uma diferença positiva em relação à média nacional de 4.901,96€ que, mesmo tendo verificado um aumento nos últimos dois anos, se mantém ainda bastante abaixo da média regional, sendo praticamente metade desse valor. Percebe-se ainda que há uma tendência crescente de projectos à medida que se aumenta o crédito concedido, concentrando-se quase 50% dos projectos em valores que variam entre os 10.000€e os 17.500€ limite máximo oferecido pelo Millennium bcp.



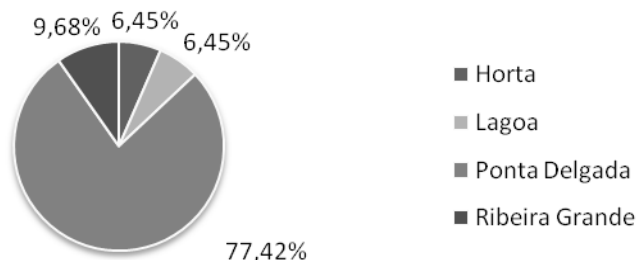
À semelhança do que acontece em Portugal Continental, o número médio de postos de trabalho é superior a 1 (1,42), reforçando a indicação que o microcrédito está a cumprir a sua missão de inclusão social na Região Autónoma dos Açores e de criação de emprego.

Não deixa de ser interessante verificar que, comparando com as regiões de Portugal Continental, a Região Autónoma dos Açores apresenta números anuais que superam os números do Alentejo e, em maior percentagem, do Algarve. Excluindo o ano de 2008, ano de maior pico de aprovação do microcrédito, desde 2000 que a média de

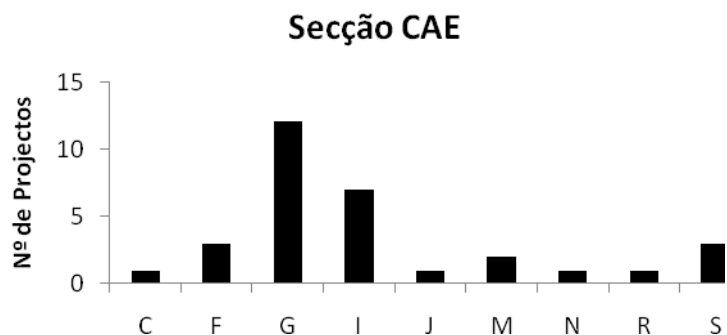
projectos anuais na região alentejana se cifra em 11,6, enquanto no Algarve a média é extremamente baixa, 3,5, pois em nenhum destes 7 anos (2000-2007) foi passada a barreira da dezena de projectos aprovados, tendo-se registado inclusivamente um ano sem qualquer aprovação, 2002.

A dispersão geográfica apresenta dados a ter em conta. Apenas em duas ilhas do arquipélago é que se registaram execuções de projectos de microcrédito. Sem surpresa, São Miguel é a ilha com maior número, com 29. Mas, ao contrário do que inicialmente se poderia supor, a ilha Terceira não regista qualquer tipo de iniciativa deste género, sendo, ao invés, o Faial a ilha de residência dos restantes 2 microempreendedores, ambos do concelho da Horta. Em São Miguel, verifica-se uma grande concentração de projectos de microcrédito no concelho de Ponta Delgada, 24, sendo os restantes 5 distribuídos pela Ribeira Grande com 3 e pela Lagoa com 2.

Distribuição por Concelho

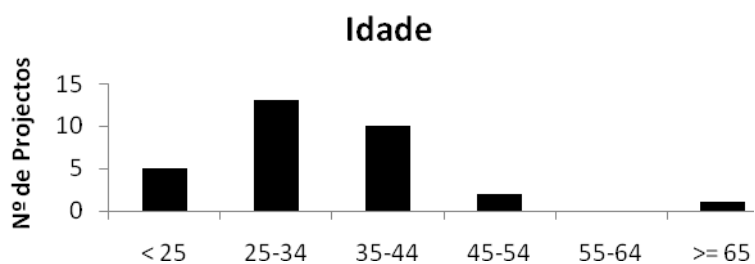


O sector de actividade mais procurado pelos microempreendedores para desenvolverem os seus negócios é o definido pelo Comércio por Grosso e a Retalho (G), tal como já te tinha verificado para os projectos a nível nacional, com 38,71%, fazendo assim jus às características já descritas da economia regional, onde o sector terciário tem ganho um grande peso nos últimos anos. Outro sector de actividade, que também é procurado com frequência (22,58%), é o Alojamento, Restauração e Similares, mais concretamente a restauração, reforçando aquilo que foi descrito sobre a economia regional açoriana no que concerne ao peso do sector terciário.



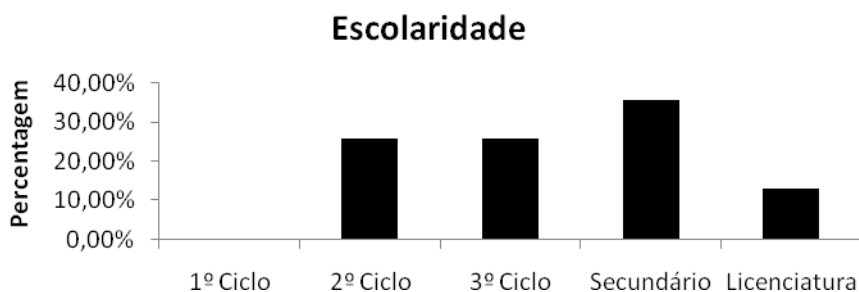
C - Indústrias transformadoras; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; I - Alojamento, restauração e similares; J - Actividades de informação e de comunicação; M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - tActividades administrativas e dos serviços de apoio; R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas; S - Outras actividades de serviços.

Numa perspectiva mais focalizada nas características dos microempreendedores, verifica-se que nos Açores, ao contrário do que sucede em Portugal Continental, o sexo masculino apresenta uma maior iniciativa, sendo que 64,52% dos projectos são desenvolvidos por homens e apenas 35,48% por elementos do sexo feminino. Em relação ao perfil etário, o cenário encontrado nos Açores é semelhante ao registado no Continente, havendo, no entanto, um acentuar da proporção de empreendedores com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, com 41,94%.



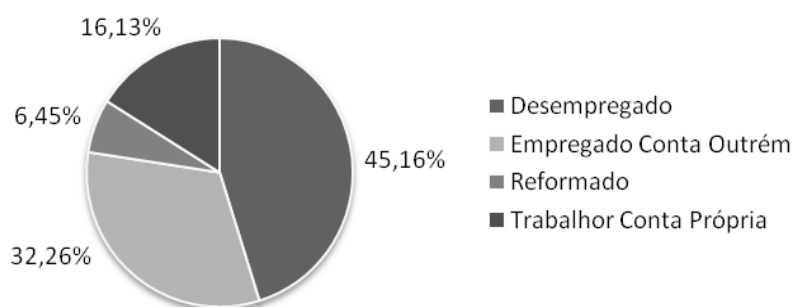
Analisando as habilitações literárias, constata-se que há uma predominância de microempreendedores que acabaram ou frequentaram o ensino secundário, onde também se considera o ensino profissional e/ou tecnológico, tal como já tinha verificado a nível nacional. Na generalidade, neste item, os dados regionais confirmam os dados nacionais, notando-se que há um maior peso do microempreendedores com ensino secundário na

Região Autónoma dos Açores face ao Continente (35,48% e 26,6%, respectivamente), assim como daqueles que frequentaram o 2.º ciclo, que igualam a percentagem dos que frequentaram o 3.º ciclo.



Relativamente à situação profissional, atesta-se que a maioria é desempregada, registando um valor de 45,16%. Ora, daqui podem lembrar-se quais os propósitos dos programas de microcrédito, a inclusão social, e os contornos específicos do enquadramento que o Governo Regional dos Açores deu ao programa de microcrédito na região, concedendo vantagens e benefícios apelativos a desempregados no acesso a este tipo de crédito. No entanto, mesmo dadas estas condicionantes e mesmo considerando-se a falta de perfil empreendedor vigente nos Açores (Silva, Couto e Coelho, 2009), verifica-se que 32,26% dos microempreendedores eram trabalhadores por conta de outrem quando decidiram desenvolver o seu projecto, superando numa proporção de 2 para 1 os empregados por conta própria. Há ainda que referir a participação de reformados nestes projectos, que poderá ser um sinal dos tempos de dificuldades financeiras.

Situação Profissional



Uma referência ainda para a nacionalidade dos microempreendedores regionais, onde se pode verificar que já existem emigrantes a enveredar por este caminho. Foram aprovados 2 projectos de emigrantes provenientes do Brasil e da Ucrânia, ambos em São Miguel, no concelho de Ponta Delgada.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação englobou um estudo do enquadramento do microcrédito a nível internacional, passando posteriormente para uma análise da sua implementação em Portugal, de modo a que numa fase final se pudessem estruturar conclusões sólidas sobre o perfil do microempreendedor na Região Autónoma dos Açores. Os dados quantitativos atingidos permitem definir claramente um perfil, sem que, contudo, as suas características sejam as mesmas encontradas para o microempreendedor presente em Portugal Continental.

Do estudo é possível extrair que o perfil do beneficiário do microcrédito nos Açores se centra num indivíduo do sexo masculino, residente na ilha de São Miguel, com uma idade compreendida entre os 25 e os 34 anos de idade, numa situação de desemprego, que terminou ou frequentou o ensino secundário. A sua área de negócio preferencial é o Comércio a Retalho, logo seguida da Restauração, indo ao encontro das características das transformações que a economia açoriana tem sofrido, onde o sector

terciário se tem sobreposto aos restantes. O seu investimento médio ronda os 10.000 € 9.958 € por projecto mais concretamente, quase o dobro da média nacional.

Ao invés do microempreendedor açoriano, o microempreendedor de Portugal Continental caracteriza-se por ser do sexo feminino. Relativamente à idade, verifica-se que é muito semelhante ao perfil açoriano, tendo, no entanto, uma maior abrangência, 25 a 44 anos.

Conclui-se também que o programa de microcrédito tem realmente ajudado na minimização de fenómenos sociais indesejáveis, como o desemprego, constatando-se que há vários projectos que criam mais do que um posto de trabalho. É ainda de ressaltar a baixa participação de licenciados em projectos de microcrédito, explicada sobretudo pela maior facilidade de acesso ao crédito bancário normal e pela sua maior empregabilidade, que representa um custo de oportunidade em qualquer opção pelo empreendedorismo.

É relevante salientar que o microcrédito é um importante instrumento de apoio a ideias viáveis e a empreendedores que vêem o acesso ao crédito negado por outras vias e, neste contexto, verifica-se que o apoio prestado no acompanhamento dos projectos é fundamental e serve de suporte a um trabalho rigoroso, o que perante as características específicas do microempreendedor, é imprescindível.

O empreendedorismo continuará a ser um importante factor de dinamização da economia, nomeadamente através da iniciativa de empresários criadores de micro e pequenas empresas que trazem valor para o mercado. No entanto, os conturbados tempos que a economia mundial atravessa deverão suscitar o correcto acompanhamento dos programas que incentivam ao auto-emprego. Será interessante continuar a promover trabalhos de investigação no sentido de se perceber qual a influência da crise económico-financeira na aprovação de projectos candidatos ao microcrédito, mas não deverá ser descurada a avaliação do total de candidaturas, pois só assim será possível perceber se a

dita crise teve, por um lado, influência na redução do crédito devido às restrições de liquidez dos bancos, e se, por outro lado, teve influência na procura de projectos de auto-emprego, principalmente por indivíduos que perderam o seu posto de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Bhatt, N., 1997. “Microenterprise development and the entrepreneurial poor: including the excluded?” *Public Administration and Development*, 17, 371-386.

Cook, R.G. and Belliveau, P., 2004. “The influence of human capital attributes in microenterprise training”, *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 11, 4, 467-473.

Dutta, D. and Magableh, I., 2006. “A socio-economic study of the borrowing process: the case of microentrepreneurs in Jordan”, *Applied Economics*, 38, 1627-1640.

Eversole, R., 2003. “Help, risk and deceit: Microentrepreneurs talk about microfinance”, *Journal of International Development*, 15, 179-188.

Rahman, S., Rafiq, R.B. and Vaziri, M., 2009. “Microcredit Programs and Consumption Behaviour of the Borrower: Evidence from Bangladesh”, *The Journal of American Academy of Business*, 14 (2), 83-92.

Sengupta, R. and Aubuchon, C.P., 2008. “The Microfinance Revolution: An Overview”, *Review – Federal Bank of St. Louis*, 90.

Silva, F., Couto, G. and Coelho, H., 2009. “Future Entrepreneur’s Profile”, *Journal of Small Business and Entrepreneurship*. Forthcoming.

Woodworth, W.P., 2008. “Reciprocal Dynamics: Social Capital and Microcredit”, *ESR Review*, Fall 2008, 10 (2), 36-42.